



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)
Ata da 16ª reunião, realizada em 14 de novembro de 2024

1 Em 14 de novembro de 2024, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento
2 (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria
3 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Thiago Figueiredo Santana, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público estadual: Guilherme de Oliveira Leão, da Secretaria de Estado de Agricultura,
6 Pecuária e Abastecimento (Seapa); Hernandez Souza Soares, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
7 Econômico (Sede); Rafaella Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria de Estado de Governo (Segov).
8 Representantes do poder público municipal: Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata
9 Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena. Representantes dos usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond
10 Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da
11 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira, da Federação
12 das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Representantes da sociedade civil: Regina Célia Fernandes Faria,
13 da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Valter Vilela Cunha, da Associação
14 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
15 Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente Thiago
16 Figueiredo Santana declarou aberta a 16ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Planejamento. **2)**
17 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS**
18 **CONSELHEIROS.** Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Bom dia, senhor presidente. Eu tomei a liberdade de
19 passar para a Peixe Vivo a minuta desta deliberação que nós vamos discutir no ponto 5 e fiquei sabendo que a
20 Peixe Vivo preparou uma correspondência dirigida à vossa senhoria.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Na
21 terça-feira, foi realizado o encontro anual que a Gerência de Apoio às Agências de Bacias e Entidades Equiparadas
22 realiza anualmente, um encontro com as entidades do Estado. Nós tivemos uma reunião de troca de experiências,
23 o material foi disponibilizado a eles, eu encaminhei por e-mail, e também dados para participação nesta reunião.
24 Hoje pela manhã, às 8h20, eu recebi um ofício da presidente interina da Agência Peixe Vivo com algumas
25 contribuições... Até agora foi muito pouco tempo para fazer a leitura... Vamos colocar esse ofício no chat para
26 disponibilizar a todos vocês também, para que durante a nossa discussão algo que possa ser levantado vocês
27 também possam colocar.” Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Senhor presidente, obrigado. Eu concordo com
28 esse ofício e nos pontos que estão marcados aqui eu vou me pronunciar.” **4) COMUNICADO DA SECRETARIA**
29 **EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) CONTINUIDADE DA DISCUSSÃO QUANTO À REVISÃO E ATUALIZAÇÃO**
30 **DAS DELIBERAÇÕES NORMATIVAS DO CERH-MG Ns 19/2006, 22/2008, 23/2008 e 35/2010. Processo SEI nº**
31 **2240.01.0005303/2024-96 (continuação).** Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas
32 e Entidades Equiparadas (Geabe/IGAM). Michael Jacks de Assunção e Felipe Silva Marcondes, da Gerência de
33 Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas, do IGAM, apresentaram esclarecimentos e
34 simulações solicitadas na reunião anterior acerca da proposta de revisão e atualização das Deliberações
35 Normativas CERH ns 19/2006, 22/2008, 23/2008 e 35/2010, que dispõem sobre o processo de equiparação de
36 entidade privada sem fins lucrativos à Agência de Bacia Hidrográfica, a gestão integrada dos recursos oriundos da
37 Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos e o custeio administrativo destinados às entidades equiparadas. Os
38 conselheiros apresentaram contribuições de aprimoramento, e foram esclarecidos pontos destacados, incluindo
39 as sugestões da Agência Peixe Vivo. Ao término das discussões, ficou definido por consenso que o IGAM deverá
40 apresentar, na próxima reunião, novas simulações solicitadas, para a retomada das análises e debates sobre a
41 proposta de revisão e atualização das deliberações normativas. Síntese das manifestações dos conselheiros nesta
42 sessão. Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Eu acho que na Bacia do Velhas essa inadimplência é maior, e o
43 artigo 17, salvo melhor juízo, não cobre isso. Se colocássemos naquele artigo 15 aonde define aquela fórmula,
44 define o MC como ‘montante total cobrado ou a estimativa de arrecadação das circunscrições hidrográficas de
45 forma integrada’, se puséssemos no texto ‘montante total efetivamente arrecadado das circunscrições

46 hidrográficas de forma integrada', eu acho que isso resolve. Porque essa inadimplência do Velhas, se não me
 47 engano, está em quase 30% a 35%. Então eu acho que nós temos que mexer na fórmula, colocar o 'montante
 48 total efetivamente arrecadado'. Porque o cálculo feito com base no total cobrado na estimativa de arrecadação
 49 não garante a viabilidade econômica do custeio da entidade equiparada, por diversas razões, como alto índice de
 50 inadimplência." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Fica a dúvida de como seria o lançamento do edital sobre
 51 o valor cobrado, qual a segurança de uma entidade adentar um edital de chamamento público para exercício de
 52 funções de Agência de Bacia baseado num valor que é variável a cada ano. Na forma proposta sobre 'efetivamente
 53 arrecadado', o edital é variável? E a segurança da entidade está sobre um edital, as regras no edital. Então gera
 54 toda uma insegurança, mas vamos debater, porque eu acho que temos que construir algo que seja palatável." Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: "A Agência e o Comitê, sim, o trabalho deles, a
 55 capilaridade do Comitê junto às gestões locais pode, sim, diminuir a inadimplência. Agora para fazermos isso nós
 56 precisávamos ter acesso aos dados do valor boletado, para conhecer os usuários, os principais pagadores da bacia
 57 nas áreas de abastecimento, agricultura e indústria. Então para podermos atuar, melhorar, ajudar nessa pauta
 58 nós precisávamos ter acesso a esses dados, conhecer os principais usuários pagadores, o valor boletado, para
 59 estarmos mais bem informados e trabalharmos nessa questão da inadimplência." Conselheiro Sylvio Luiz
 60 Andreozzi/UFU: "Quanto à questão do não pagamento, estamos trabalhando acho que com duas possibilidades:
 61 trabalhar com a receita esperada e trabalhar já com um desconto da média das frustrações de receita, o que eu
 62 acho que é uma questão mais real, que é aquilo que realmente vai ter. Você fez uma colocação, Thiago, da mesma
 63 maneira que no edital colocamos a perspectiva de arrecadação, podemos colocar a perspectiva de arrecadação
 64 menos a média de frustração de receita. Então é uma forma também de chamar o edital, de fixar os valores que
 65 serão feitos, como foi feito na tabela, em que colocamos uma frustração média de 20% de receita. É variável, não
 66 é igual para todas as bacias, mas colocamos uma frustração média para aproximar mais o número da receita real,
 67 daquilo que realmente é agregado. Quanto ao não pagamento, eis uma dificuldade dos CBHs, eles não têm CNPJ,
 68 então não serão os CBHs que irão fazer cobrança. O IGAM tem duas maneiras de atuar na cobrança da
 69 inadimplência. O Comitê não tem maneira de atuar efetivamente. Teoricamente, pode fazer campanha, pode
 70 bater na porta, pode fazer um monte de coisa, mas efetivamente é só o IGAM, de duas maneiras: uma pela
 71 inscrição na dívida ativa, ou seja, cobrança até chegar à cobrança judicial; e a outra é no próprio mecanismo de
 72 outorga." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu mencionei, na reunião passada, que não existe normativo
 73 do Conselho que autorize a suspensão ou revogação de outorga sob inadimplência da cobrança." Conselheiro
 74 Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Se o Conselho Estadual decidir por isso, pode. Há algum impedimento jurídico para
 75 isso?" Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Na verdade, é um papel do Conselho fazer essa vinculação e
 76 regramento sobre os instrumentos de gestão." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "Eu acho que estamos
 77 chegando a uma outra questão que é importante, que é como se efetiva a cobrança, como é que eu cobro o
 78 inadimplente. Além dos mecanismos de pressão, como efetivamente cobro o inadimplente. E nesse caso eu acho
 79 que a Câmara Técnica de Planejamento poderia indicar ao Pleno do Conselho que essa questão fosse tratada
 80 dentro do mecanismo de outorga também. Estou sugerindo colocar a esta Câmara Técnica essa possibilidade de
 81 levar ao Pleno do Conselho Estadual esse assunto, pelo menos para análise e, se possível, para deliberação." Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Seria uma competência e atribuição da CTER, que é a Câmara Técnica de
 82 Regulação, que tem os regramentos sobre outorga e cobrança, fazer essa proposição à Câmara Normativa e
 83 Recursal." Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: "A outra coisa que eu queria colocar é o seguinte: como é que
 84 nós podemos pensar na ampliação da base de arrecadação. Tem duas maneiras de aumentar a arrecadação:
 85 descontando inadimplência ou pelo aumento da base ou pelo aumento da altura, do valor. Em algum momento
 86 nós já pensamos em cobrar daqueles outros usuários não consuntivos, há algum impedimento para cobrança de
 87 usuário não consuntivo?" Presidente Thiago Figueiredo Santana: "Eu vou dar um exemplo. O setor hidroelétrico
 88 é tratado como não consuntivo, mas há um parecer do STJ ou STF e foi considerado que a compensação financeira
 89 pelo uso de recursos hídricos tem dentro dela embutida a cobrança pelo uso de recursos hídricos, porque é um
 90 recurso que volta para o sistema. Isso é só do setor hidroelétrico. Agora, outros usos eu desconheço cobrança
 91 sobre eles, tipo barramento sem captação. E eu desconheço ao nível de discussão entre outros Estados e outros
 92 Comitês, eu nunca vi metodologia sobre isso. Mas não sei se há restrições." Conselheiro Sylvio Luiz
 93 Andreozzi/UFU: "Se nós começarmos a pensar numa grande mudança, e eu acho que o Estado de Minas tem a
 94 capacidade de fazer isso, pela própria estrutura que ele já tem, pela própria organização que já tem, e o que nós
 95 estamos discutindo isso hoje é uma prova disso, de trazer essas inovações para tentar regular aquilo que não está
 96
 97

98 muito regulado. Uma das questões ainda pendentes no próprio Conselho Estadual são aquelas outras fontes de
 99 energia, que entraram como uma categoria de usuário. Que primeiro é uma classificação ainda vaga e segundo
 100 que lá também não está dito como é que se cobra dessa pessoa. Então estabelecer cobrança para todos seria uma
 101 forma. Está aberto para discussão quanto paga, quanto não paga. Mas seria uma forma de ficar claro o que é
 102 usuário: é quem paga pelo direito do uso do recurso hídrico, consuntivo ou não consuntivo... Eu tenho que trazer
 103 esses dados (as simulações apresentadas pelo IGAM) para que as pessoas analisem aqui no Comitê o que isso
 104 significa de impacto nas perspectivas que nós tínhamos, inclusive. Nós vínhamos trabalhando com 7,5% de
 105 despesa na manutenção da Agência, e mesmo nas simulações esse número vai aumentar bastante. Aumentando,
 106 retira dinheiro do investimento. Se aumenta o custeio, diminui investimento. Então nós vamos precisar de um
 107 tempo para poder digerir isso. E nós temos um tempo para tentar construir uma proposta alternativa? Eu acho
 108 que esse assunto precisa de um tempinho para que possamos amadurecer, procurar alternativas.
 109 Especificamente, para essa questão de custeio, se nós pudéssemos ter uma reunião presencial para poder trocar
 110 informação, para poder mostrar, fazer conta, simulações, que seja um dia inteiro de trabalho... Porque eu acho
 111 que é muito importante, isso vai definir muita coisa para o sistema, inclusive, relacionadas a essas outras bacias
 112 ou regiões hidrográficas de baixa capacidade arrecadatória.” Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Só uma
 113 reflexão, eu acho que a nova Lei do Fhidro, que foi aprovada no início deste ano, foi uma grande injeção de ânimo
 114 para as Agências de Bacia. Nós todos sabemos que o custeio de 7,5%, que é uma regra atual, não é suficiente.
 115 Todas as Agências estão demonstrando isso. Eu acho que nós não podemos nos frustrar propondo uma DN que
 116 não atenderá aos anseios do sistema. Eu acho que o professor Sylvio tem razão, nós temos de debruçar mais,
 117 meditar, porque, depois que sai a DN, para mudar, é muito mais difícil... Então só essa reflexão, eu acho que nós
 118 estamos discutindo uma norma que vai viabilizar que as nossas Agências façam um bom trabalho. Hoje está muito
 119 difícil, eu participo do Conselho da Peixe Vivo, vejo a dificuldade que nós temos.” Presidente Thiago Figueiredo
 120 Santana: “Nós temos uma faca de dois gumes neste momento, tanto a necessidade de tentar criar um arcabouço
 121 que atenda à expectativa de quem está lá fora e ao mesmo tempo que nós temos essa expectativa, o sistema
 122 depende de nós para que possa dar uma resposta, em especial às entidades que atuam hoje em muitas bacias
 123 com baixa arrecadação vinculada ao 7,5%, que estão nos contratos. Isso é muito importante colocar para todos
 124 os senhores, até que haja um regramento pelo CERH, todos os contratos estão vinculados a 7,5%, e isso gera uma
 125 expectativa dentro das entidades e, em especial, nos Comitês. Porque hoje vários Comitês demandam essa
 126 estrutura de apoio e de suporte para sua execução de ações... Mas também concordo que qualquer coisa
 127 atropelada pode gerar uma aplicação em risco. Mas eu vejo que nós temos uma vantagem, que podemos colocar
 128 regras que possam ser revistas. Isso é muito importante, essas regras não são perpétuas... Eu queria que
 129 refletíssemos sobre o caminho que vamos seguir.” Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de
 130 Lavras: “Eu gostei desse último termo, senhor presidente: ‘aprimoramento da base de dados’. Alguns municípios
 131 têm o cadastro de usuário, e o Comitê pode atuar junto às gestões locais com esse levantamento de cadastro de
 132 usuário.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu queria lembrar uma coisa aqui: em tese, quem deveria dizer
 133 se a manutenção das Agências será de 7,5 a 20 deveriam ser os próprios Comitês, os comitês deveriam debater
 134 isso com as suas Agências e definir a porcentagem que será transferida... E tem uma coisa que precisa ser definida
 135 nas Agências ou nas delegatárias, que é trabalhar um pouco mais com projetos, porque o projeto já tem a
 136 segurança do arrecadado; e trabalhar com estruturas administrativas menores, aquelas que são garantidas pela
 137 arrecadação continuada, e contratar os outros serviços através de projetos. Isso é uma possibilidade
 138 administrativa. Eu sei que algumas Agências já fazem isso, inclusive. Talvez implementar esse modelo de uma
 139 maneira mais ampla.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Proposta sobre um coeficiente de inadimplência:
 140 ‘Sobre esta proposta, fosse aplicado um coeficiente de inadimplência de apuração anual para aplicação no POA
 141 do exercício seguinte.’ O nosso exercício de cobrança regular, os DAEs, vencem no último dia de julho, agosto,
 142 setembro e outubro, ou seja, em novembro, na primeira quinzena, o sistema consegue ter uma inadimplência do
 143 exercício regular. E se sobre os valores arrecadados durante o ano todo, perante o que foi cobrado no exercício
 144 regular, eu estabelecesse um coeficiente de inadimplência a ser aplicado sobre o POA, o Plano Orçamentário
 145 Anual, do exercício seguinte? A gente faria uma portaria atualizando para o exercício seguinte esses percentuais
 146 de custeio.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Uma outra possibilidade: poderia fazer uma média da
 147 inadimplência dos últimos dez anos; e todo ano rever essa média, e você avança. Então tem os anos anteriores,
 148 não precisa esperar até novembro, usa a média acumulada nos últimos dez anos. Então no início do ano já tem a
 149 média acumulada dos últimos dez anos, e trabalha com ela como sendo o fator para gerar esse K, por exemplo. E

150 aí seria diferente para cada agrupamento de bacias. O problema é assim, nós temos mais de dez anos de média
 151 acumulada, e existem bacias que estão começando agora. Então não tem como fazer essa média acumulada para
 152 os últimos dez anos, seria a média acumulada dos últimos anos. E aí à medida que o tempo vai passando você
 153 tem a regra da média acumulada. Aí você passa a aplicar essa média acumulada no início do ano.” Michael Jacks
 154 de Assunção/IGAM: “Eu acho que essa proposta do Thiago está muito alinhada também com o que o Valter
 155 trouxe, que é trabalhar em cima da arrecadação. Só que é uma questão de correção automática anual, essas
 156 correções anuais. E aí tem que ver o efeito prático disso também, porque, igual eu falei, a entidade precisa ter
 157 uma segurança para até fazer não só planejamentos como também aquilo que já está contratado e em execução.
 158 E quando você tem um planejamento em cima de um percentual sobre uma expectativa de arrecadação, que aí é
 159 o valor cobrado já considerado, você faz as contratações no exercício em cima disso. E se houver alguma
 160 variação... Estamos sempre falando de inadimplência, mas a variação da cobrança pode ser para mais ou para
 161 menos. Então essa correção do percentual também poderia ser para mais ou para menos. Reduzindo esse
 162 percentual, qual seria o impacto prático na entidade, nesses compromissos que foram assumidos por ela? Então
 163 eu não sei como se daria isso até do ponto de vista de manutenção das atividades.” Conselheiro Sylvio Luiz
 164 Andreozzi/UFU: “Nós temos que trabalhar com expectativa real, senão você cria uma expectativa de arrecadação
 165 e acaba gastando mais do que arrecada. Para qualquer tipo de empresa. Isso é uma regra acho que básica. Então
 166 eu acho que nós temos que trabalhar, sim, com aquilo que é realmente arrecadado. Como varia muito, nós vamos
 167 ter que aplicar uma regra. E pensando que os contratos são de dez anos nós poderemos pensar alguma coisa. Aí
 168 precisa ter número para termos uma certa solidez. Então é uma solicitação que eu faço para o IGAM, para ver se
 169 temos esses números, pegar o que já arrecada e ver quanto é a variação de arrecadação. O que temos de média
 170 de cinco anos, de dez anos ou do período todo. Nós arrecadamos aqui há mais de 12 anos. O Velhas, há 14, não é
 171 isso? Então nós temos os números para ver essa flutuação. E para aqueles que não têm arrecadação ainda ou nós
 172 utilizamos uma referência próxima ou estabelecemos uma média para o Estado e usamos a média do Estado, até
 173 termos os dados consolidados por bacia. Enquanto não temos dados consolidados, temos que usar alguma
 174 referência, então a referência pode ser a bacia mais próxima... Se vai utilizar um único indicador para toda a bacia
 175 ou vai ter indicador por unidade dentro da bacia, e só com exercício matemático mesmo, estatístico, que vamos
 176 poder pensar isso, e pensando em planejamento e saúde orçamentária da delegatária... Então fazer algumas
 177 simulações para 5 e 10 anos, que é a extensão normal dos contratos, para ver se em cinco anos recompomos o
 178 índice ou se de 10 em 10 anos recompomos o índice ou se fazemos recomposição anual a partir do acumulado,
 179 da média acumulada. Se não houver grandes variações, é possível fazer, mas isso tem que estar previsto no
 180 contrato. Concordo plenamente. E se não está previsto agora tem que estudar uma maneira de implementar isso
 181 ou imediatamente numa suplementação, num aditivo, ou nos contratos futuros isso já estar implementado a
 182 partir momento que o modelo for estabelecido.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Sobre a primeira planilha
 183 apresentada, sobre aqueles valores, estabelecer um coeficiente de inadimplência aplicado, e esse coeficiente
 184 seria a média da inadimplência dos últimos cinco anos. Esse coeficiente, e essa tabela atualizada seria promulgada
 185 pelo IGAM num ato do IGAM, atualizando essa tabela a cada cinco anos, para publicidade... Bacias que ainda não
 186 possuem essa média, vai se aplicar a média da inadimplência dos rios afluentes da União... Um outro exercício:
 187 ‘mas o Pardo e o Jequitinhonha não têm’. Eu aplico a média de inadimplência do Estado dos últimos cinco anos.
 188 Daqui a cinco anos, quando o IGAM for soltar o seu ato, o Jequitinhonha já vai ter seus cinco anos e vai ter a sua
 189 média pontual.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Essa média da inadimplência, no meu entendimento,
 190 tem que ser acumulativa, mesmo que o índice seja revisto de cinco em cinco anos. São coisas diferentes. Acho
 191 que do ponto de vista estatístico funciona assim. Uma coisa que se poderia fazer para nos orientar é pegar o
 192 índice. Vamos pegar o caso aqui do PN 2. Qual foi a inadimplência dos últimos 12 anos? Aí eu vou ter uma média,
 193 e aplico, dos últimos dez anos –essa média vai flutuar com o tempo – e dos últimos cinco anos. Aí eu vejo a
 194 diferença que está dando. Isso é um indicativo para nós, possível, só porque eu tenho dados nesse caso... Quando
 195 nós temos esses valores absolutos, se fizermos a média do porcentual, não vai indicar aquilo que estamos
 196 pensando que é na segurança de operação da Agência. Porque se uma grande contribuinte que não paga, e os
 197 pequenos pagam, é o grande que não dá segurança. Então não podemos trabalhar com a média, vejam, eu estou
 198 colocando um problema estatístico, mas que se replica naquilo que é a função do nosso pensamento que é
 199 garantir que tenha uma certa garantia arrecadatária para funcionamento da Agência ou da delegatária... Eu vou
 200 fazer um exercício aqui, vamos supor que a ‘bacia 3’ arrecada 70%, e as ‘bacias 1 e 2’ arrecadam 15% cada uma.
 201 Mesmo que a inadimplência da 1 e da 2 seja pequena, é a ‘bacia 3’ que garante o funcionamento. Então quando

202 pensarmos qual é o índice de referência de inadimplência ele não pode ser automático... Eu queria pedir para
 203 vocês se seria possível fazer essa simulação, para verificarmos mesmo como é que fica a questão. Podemos usar
 204 o Araguari, se houve ou se há um impacto no acumulado de todo o período e se há uma diferença, por exemplo,
 205 de cinco em cinco anos, se ocorre essa diferença de comportamento. E tendo em perspectiva a duração do
 206 contrato que é de dez anos. Então durante dez anos também acho que fica complicado ficar alterando todo ano
 207 o índice, é difícil trabalhar com planejamento assim. Dá para trabalhar, mas fica um pouco mais difícil para fazer
 208 previsão de custeio.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu tendo a concordar muito com o que o Felipe
 209 falou e o Michael reforçou, um entendimento, trazermos o histórico global da inadimplência eu acho que seria
 210 um pouco deturpado. Porque primeiro, usando o exemplo do Araguari, o Araguari teve a mudança de metodologia
 211 de cobrança recente, sabemos disso. O Araguari, o Velhas, Comitês que já tinham cobrança recente, Doce... E uma
 212 coisa que mudou muito é a base de cálculo, a aplicação do entendimento da cobrança de recair sobre outorga. E
 213 aí o Araguari é um exemplo, o Araguari tinha um POA, salvo engano, de R\$ 6 milhões, e o valor calculado no ano
 214 foi de R\$ 10 milhões a R\$ 11 milhões. Isso porque o POA foi calculado, salvo engano, com 15% de inadimplência.
 215 Ou seja, se estimava gerar valores próximos a R\$ 7 milhões, mas nós calculamos e geramos de cobrança por uma
 216 mudança de base de dados hoje totalmente vinculada às outorgas, que gerou valores muito superiores. Então
 217 não tiveram frustração de receita naquele ano. Então trazer o histórico de x anos atrás, 10, 12 anos, eu acho que
 218 pode deturpar um processo que tem um recorte novo, muito recente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU:
 219 “Eu não tenho certeza, por isso que eu até pediria para o Felipe se ele pudesse fazer essa simulação, porque aí
 220 nós teríamos a certeza estatística: ‘Realmente, a partir da mudança da base de cálculo, houve uma mudança de
 221 posicionamento quanto à frustração da arrecadação’... Eu, particularmente, acho que não é a mudança de base
 222 de cálculo que afeta a inadimplência, na verdade, eu acho que são os outros fatores, inclusive fatores políticos,
 223 que acabam impactando mais. Por isso que eu gostaria muito de ver essa simulação para saber como e quanto
 224 variou, por que variou, para tentarmos entender um pouco mais com bases estatísticas se tem variação ou não.”
 225 Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu acho que isso é um exercício que eu anotei aqui, Sylvio. Eu vou tentar
 226 com a equipe, não só o Araguari, mas pegar uma discrepância inferior que é o PJ1, é uma discrepância ao nível de
 227 baixa arrecadação, ou o SF2, Velhas, o histórico e nos últimos cinco anos.” **Encaminhamentos finais.** Presidente
 228 Thiago Figueiredo Santana: “Para a próxima reunião, nós traríamos a simulação do percentual da inadimplência,
 229 do histórico dos últimos cinco anos, para fazermos o exercício de aplicação na tabela... Eu acho que podemos
 230 fazer esse encaminhamento. Eu grifei alguns pontos do coeficiente da inadimplência, o histórico com média de
 231 cinco anos; as bacias que têm exercício, na verdade, inferior aos cinco anos, para esse cálculo, usaríamos a média
 232 dos afluentes do mesmo rio da União ou mesmo da UEG, que foi a proposta que o Sylvio colocou. Na próxima
 233 reunião, trazer uma simulação do histórico e da média dos últimos cinco anos para fazer um comparativo.
 234 Coloquei aqui uma proposta para ver se conseguimos trazer de mais outras bacias, para vermos esse
 235 comportamento.” Felipe Silva Marcondes/IGAM: “Poderia corrigir os ‘cinco anos’ para a ‘cobrança nova’, vamos
 236 dizer assim? Eu acho que não dão cinco anos a cobrança nova.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “O ato do
 237 IGAM promulgando o coeficiente que aplicaria nos aditivos. O primeiro ato teria como valores de cálculo a
 238 inadimplência calculada após a vigência do Decreto 48.160/2021’. Esses são os encaminhamentos da nossa
 239 reunião... Sylvio, você tinha colocado no início da nossa reunião a proposta de um encaminhamento à CTER sobre
 240 a questão de uma norma que vincule a inadimplência junto a cobrança, quanto a ações de suspensão e revogação
 241 de outorgas. Podemos trabalhar esse encaminhamento para encaminhar para a Presidência da CTER e colocar
 242 isso quanto à manifestação dos demais conselheiros?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Se o pessoal da
 243 Câmara Técnica concordar, eu gostaria...” Conselheiro Valter Vilela Cunha/Abes: “Eu acho fundamental e acho
 244 polêmico porque, citando Sete Lagoas, ‘não pagar, a gente corta essa outorga’, nós vamos deixar de abastecer
 245 300 mil pessoas? Isso é um problema, tem de ser pensado.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Eu acho que
 246 é muito nas regras do que se vai propor. Mas eu queria só a manifestação se há algum conselheiro é contrário ao
 247 encaminhamento para discussão na CTER, para discussão quanto a essa regulamentação. Não havendo
 248 manifestação, entendo como encaminhamento aprovado... E na próxima reunião, faremos esse esforço de trazer
 249 as simulações solicitadas... Agradecer a todos pela participação, e na próxima reunião trazermos as simulações
 250 para podermos caminhar para algumas decisões.” **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve manifestações. **7)**
 251 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana
 252 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
 253

254
255
256
257
258
259

APROVAÇÃO DA ATA

Thiago Figueiredo Santana
Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento